

NEOLIBERALISMO: A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A NOVA FILANTROPIA

- 1- Yaçanã Torres do Amaral Sant' Anna
- 2- Helani Pereira do Amaral

1 e 2- Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo:

O presente trabalho se insere na linha de pesquisa “Currículo, Sujeitos, Conhecimento e Cultura”, e no projeto de pesquisa “Currículo, subjetividade e diferença”, desenvolvido pelo grupo de pesquisa coordenado pela professora Doutora Elizabeth Macedo. A pesquisa busca construir uma rede baseada nos diálogos com Ball (2014), sobre as articulações entre política curricular e a Nova Reforma do Ensino Médio. Para entender melhor como são articulados estes parâmetros, trabalharemos com reflexões sobre o neoliberalismo, entendendo que este fecha os olhos para a pluralidade cultural e provoca uma marginalização e a exclusão de diferentes grupos sociais, além de uma perspectiva empresarial na educação (CANDAU, 2014) atendendo aos ranking's internacionais de padrão de qualidade considerado adequado para a sociedade atual. Em termos teórico-metodológicos, as reflexões se formaram com base nas discussões de Lopes e Macedo (2011), Ball (2014), entre outros.

Palavras-chave: Políticas Curriculares, Neoliberalismo, Reforma do Ensino Médio.

Introdução

O presente trabalho se insere na linha de pesquisa “Currículo, Sujeitos, Conhecimento e Cultura”, e no projeto de pesquisa “Currículo, subjetividade e diferença”, desenvolvido pelo grupo de pesquisa coordenado pela professora Doutora Elizabeth Macedo. A presente pesquisa tem o objetivo de construir uma leitura acerca do neoliberalismo e a educação global em Ball (2014) e suas articulações com a Nova Reforma do Ensino Médio dentro da lógica financeira atendendo aos interesses da nova filantropia.

Como foco da análise, justificamos o tema escolhido para pesquisa por abordar a nova filantropia (Ball, 2014) que vem permeando a educação e deixando turvas as fronteiras público X privado. Será abordado o discurso de qualidade presente no Novo Ensino Médio que surge como uma possibilidade de igualar o ensino para todos os estudantes do país. Essa homogeneidade vem sendo discutida pela dificuldade de ignorar a multiplicidade de pessoas a fim de acreditar que algo na educação possa ser considerado comum no Brasil.

Para fundamentação da pesquisa, relacionamos a leitura dos documentos, estudos sobre currículo, onde nos aproximamos das discussões, de Lopes e Macedo (2011) a respeito das negociações que permeiam os mecanismos de controle da significação e os saberes legitimados, refletindo o ideal de qualidade voltada para um endereçamento dos sujeitos atendendo aos ranking's internacionais de padrão de qualidade considerado adequado para a sociedade atual.

Metodologia

Os caminhos percorridos para a escrita deste texto foram baseados em pesquisa teórica com autores ligados ao assunto escolhido para ser desenvolvido, percebo que estas leituras vieram a contribuir com a produção ora apresentada já que tem grande influência nas mudanças educacionais atuais.

Sendo a educação uma arena em constante modificação voltamos o olhar na busca de entender parte destas mudanças, ao perceber a aproximação das ideias com as leituras e interpretações de livros e textos de Stephen Ball, Elizabeth Macedo e Alice Casimiro, elegemos esse recorte para nortear a pesquisa, e aperfeiçoa-la.

Resultados

Como resultado desse trabalho, percebemos que ainda há muito o que estudar e pensar sobre a educação como um todo, seria um exercício de mudar o foco das perguntas que são feitas na educação, e para tanto é necessário mudar o olhar. As discussões desenvolvidas nessa pesquisa tiveram o papel fundamental para mudar os pensamentos sobre educação e, dessa forma, buscamos autores que fundamentam esse novo olhar para as políticas educacionais.

Não é o objetivo aqui finalizar esse estudo, vimos que o caminho é longo e pretendemos aprofundar as pesquisas nos trabalhos dos teóricos a fim de ir aferindo as concepções pedagógicas dentro do viés pós-estrutural, onde temos percebido uma maior aproximação com nossos pensamentos.

Discussão

1- Neoliberalismo, perspectiva empresarial e padrão de qualidade

Para definir o neoliberalismo de forma simples Ball (2014) diz que: “Neoliberalismo é sobre dinheiro e mente, e como eu seguirei argumentando é um nexo de interesse comum entre as várias formas de capital e de Estados contemporâneos” (2014, p.26), dessa forma, estamos todos imersos no neoliberalismo, e não cabe aqui a discussão de como sair desse sistema, mas sim, de entender as articulações que permeiam o neoliberalismo na educação.

É sabido que o banco mundial é uma instituição econômica supranacional, cujo papel no cenário econômico é atrelar metas educacionais a metas econômicas, visando a equilibração da economia mundial em função da globalização dos mercados, redução da ignorância e da pobreza por meio de uma escola voltada ao atendimento das necessidades ‘mínimas’ de aprendizagem, visando a empregabilidade e inserção dos indivíduos no mundo da informação e do consumo. (LIBÂNEO, 2014, p. 82)

As instituições financeiras estão espalhadas na educação, a globalização vem apagando as delimitações das fronteiras entre educação e dinheiro, já faz muitos anos que a escola não dá conta de formar seus alunos e é considerada um fracasso para a sociedade, isso porque atende aos interesses mercadológicos do capitalismo, sendo submissa as agências multinacionais.

Esse cenário está desenhado assim para dar conta da educação instrumental que se restringe aos conhecimentos básicos sem a intenção de formar o aluno para pensar, a ideia é produzir uma mão de obra barata sem a possibilidade de reflexão. A BNCC, com sua proposta de ensino de qualidade a partir de uma base comum, pode estar mostrando que esse comum é o suficiente para a educação não dar conta do que se propõe e necessitar cada vez mais de suporte externo.

O significante “qualidade”, que diz respeito ao padrão na educação, está diretamente ligado aos interesses de políticas públicas curriculares e globais, dessa forma, quando a BNCC é apresentada como uma base que busca potencializar o padrão de qualidade, é necessário refletir e problematizar o que está sendo entendido, dentro dessa política, como sendo qualidade.

2- Reforma do Ensino Médio

O início das discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não é recente, segundo Macedo (2015) em levantamento feito no próprio site no Ministério da Educação e Cultura (MEC), esse movimento já está sendo desenvolvido há longos anos, como sinalizado abaixo.

Segundo a linha do tempo elaborada pelo próprio Ministério da Educação (MEC), o debate atual teria se iniciado com a Constituição de 1988, seguindo com a LDB (BRASIL,1996), a elaboração de Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1998a) e culminando com a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e do Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2010) Há, certamente, ausências nessa linha do tempo que muito poderiam auxiliar e ampliar a discussão atual.

A Reforma do Ensino Médio é uma parte do movimento da BNCC, todos os setores da educação têm chamado atenção por conta da tentativa de implantação da Base, nessa pesquisa é colocada luz sobre as discussões em relação a Nova Reforma do Ensino Médio. Segundo o site do MEC,

O que é a reforma do ensino médio?

A reforma do ensino médio é uma mudança na estrutura do sistema atual do ensino médio. Trata-se de um instrumento fundamental para a melhoria da educação no país. Ao propor a flexibilização da grade curricular, o novo modelo permitirá que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos. A nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outra parte flexível. Com isso, o ensino médio aproximará ainda mais a escola da realidade dos estudantes à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho. E, sobretudo, permitirá que cada um siga o caminho de suas vocações e sonhos, seja para seguir os estudos no nível superior, seja para entrar no mundo do trabalho. (MEC, 2018)

Como é possível verificar acima, a proposta é apresentada como sendo uma oportunidade de trazer a escola para mais perto dos alunos, entretanto sempre que se fala de educação, escola, conhecimento e saberes trata-se de uma seleção do que é legitimado para ser ensinado e o que não é considerado legítimo.

O currículo do novo ensino médio será norteado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), obrigatória e comum a todas as escolas (da educação infantil ao ensino médio). A BNCC definirá as competências e conhecimentos essenciais que deverão ser oferecidos a todos os estudantes na parte comum (1.800 horas), abrangendo as 4 áreas do conhecimento e todos os componentes curriculares do ensino médio definidos na LDB e nas diretrizes curriculares nacionais de educação básica. Por exemplo, a área de ciências humanas compreende história, geografia, sociologia e filosofia. As disciplinas obrigatórias nos 3 anos de ensino médio serão língua portuguesa e matemática. O restante do tempo será dedicado ao aprofundamento acadêmico nas áreas eletivas ou a cursos técnicos, a seguir: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional. Cada estado e o Distrito Federal organizarão os seus currículos considerando a BNCC e as demandas dos jovens, que terão maiores chances de fazer suas escolhas e construir seu projeto de vida. (MEC, 2018)

Ao separar as disciplinas em áreas do conhecimento, nas quais o aluno terá que optar por qual fará parte de seu currículo e qual não fará, deve ser levado em conta que a disponibilidade de oferta dessas áreas cabe aos municípios, e pelo tamanho do Brasil e a quantidade de municípios que temos, precisa ser levado em conta que há uma variedade de tamanhos e habitantes que pode comprometer a garantia de oferta onde os alunos possam realmente escolher.

É um conjunto de orientações que deverá nortear os currículos das escolas, redes públicas e privadas de ensino, de todo o Brasil. A Base trará os conhecimentos essenciais, as competências e as aprendizagens pretendidas para crianças e jovens em cada etapa da educação básica em todo país. A BNCC pretende promover a elevação da qualidade do ensino no país por meio de uma referência comum obrigatória para todas as escolas de educação básica, respeitando a autonomia assegurada pela Constituição aos entes federados e às escolas. (MEC, 2018)

Todo respaldo da elaboração da base vem sendo feito a partir de um discurso de que as ações estão sendo implantadas para elevar a qualidade da educação brasileira, vale lembrar que qualidade é um significante vazio, pois possui muitos sentidos. O que é qualidade do ponto de vista de um, pode não ser do ponto de vista de outro. Com relação à seleção do que vale a pena ser ensinado, o MEC responde sobre filosofia e sociologia que:

Como vocês esperam que isso funcione, se é de extrema importância sabermos filosofia e sociologia?

A implantação do novo ensino médio depende da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelecerá as competências, os objetivos de aprendizagem e os conhecimentos necessários para a formação geral do aluno. A previsão é que, até meados de 2017, a BNCC para o ensino médio seja encaminhada ao Conselho Nacional de Educação, que terá de aprová-la para depois ser homologada pelo MEC. Dessa forma, a inclusão dos conhecimentos contidos nas áreas de filosofia e sociologia será definida pela BNCC.

É possível perceber, que toda essa reforma é tratada como um jogo de interesse político que atende ao neoliberalismo e as políticas educacionais globais descritas por Ball (2014), é uma nova forma de se entender as relações de poder, saímos das formas de controle para governança espraiada, onde uma nova lógica ganha força e o público e privado vão tendo suas fronteiras cada vez mais difíceis de serem delimitadas.

3- Seleção de saberes

A partir desse prisma, o Novo Ensino Médio pode ser lido como uma política curricular, pois traz nos objetivos do documento o que compreende por educação. Esse conceito passa por uma significação do que deve ser considerado importante, e o que não é visto como relevante.

Surge na agenda dos estudos curriculares questões como: por que esses e não outros conhecimentos estão nos currículos; quem os define e em favor de quem são definidos; que culturas são legitimadas com essa presença e que outras são deslegitimadas por aí não estarem. Abre-se uma nova tradição nesses estudos, qual seja, a de entender que o currículo não forma apenas os alunos, mas o próprio conhecimento, a partir do momento em que seleciona de forma interessada aquilo que é objeto da escolarização. (LOPES e MACEDO, 2011, p.29)

Essa reflexão, mostra que ocorre uma seleção de saberes legitimados pela política curricular, percebendo a reforma do Ensino Médio como uma reificação das disciplinas selecionadas para que estejam presentes ao longo dos três anos, demonstrando que nem todo conhecimento é importante para todo tipo de gente. Deve ser levado em conta, que o Ensino Médio atende jovens em larga escala.

Para Joarez Dayrell,

A juventude se constitui como um momento delicado de escolhas, de definições no qual o jovem tende a se defrontar com perguntas como: “pra onde vou?”, “Qual rumo devo dar a minha vida?”, questões essas cruciais para os jovens e diante das quais a escola teria de contribuir de alguma forma, no mínimo na sua problematização. (Dayrell, 2013, p.63)

Escolher o que será ensinado, a nível nacional dentro de uma Base, diz respeito a legitimar determinadas culturas e indivíduos e ao mesmo tempo definir que outros, com outras culturas, não façam parte e, portanto, não devem ocupar os espaços escolares. Em um país com o tamanho do Brasil, com toda sua diversidade, e sua real arena de conflito social, legitimar umas pessoas é exercer um controle social sobre outras pessoas e suas culturas.

4- NOVA FILANTROPIA

A reforma do Novo Ensino Médio é lida nessa pesquisa como parte integrante das “redes políticas” descritas por Ball:

Redes políticas são um tipo de “social” novo, envolvendo tipos específicos de relações sociais, de fluxos e de movimentos. Eles constituem comunidades políticas, geralmente baseadas em concepções compartilhadas de problemas sociais e suas soluções. (Ball, 2014, p.29)

No caso dessa política curricular para juventude, as instituições privadas são as principais parceiras e pseudo solucionadoras de problemas públicos, sendo um exemplo do privado aparecendo como solução na educação para o que o público não dá conta. É a privatização das políticas atuando em vários sentidos.

As fronteiras entre o Estado, a economia e a sociedade civil estão ficando turvas; há novas vozes nas conversas sobre políticas e novos canais por meio dos quais os discursos sobre políticas introduzem o pensamento sobre políticas (Ball, 2014, p.34).

As formas de regulação estão mudando, são como um panóptico moderno, onde cada um vai se regulando atendendo a uma lógica global de regulação. A filantropia 3.0 ou nova filantropia surge no sentido para entender as ações governamentais, já que estas não são mais restritas as decisões públicas, elas tem parceiros privados, com lógica empresarial participando das decisões voltadas para a educação.

Essa atuação tem consequências, tanto no que diz respeito ao que vai estar na escola, como no endereçamento desses sujeitos. Isso acontece com a BNCC que tem várias empresas como parceiras, e conseqüentemente isso chega até a Reforma do Ensino Médio, demonstrando que as divulgações feitas pelo MEC, não necessariamente estão deixando de forma clara as intenções com a educação.

Conclusões

Concluir um trabalho não é tarefa fácil porque significa que chegamos ao fim, porém, sendo este um tema polêmico que se transforma a todo momento, prefiro dizer que ainda temos muito a estudar nesta temática e que apenas apresentamos algumas perspectivas e interpretações diante dos fatos que foram até agora estudados através dos teóricos.

Até o presente momento não acreditamos na existência de um saber que se sobreponha a outros. Sendo assim, as propostas curriculares devem existir como espaço onde os diferentes saberes sejam valorizados, sem o “ranqueamento” de determinadas disciplinas. Assim, é questionado o caráter da Reforma do Ensino Médio, colocando-a sob suspeita, no que diz respeito a uma seleção de saberes “que valem a pena”, entendendo-a como mais um dispositivo de controle de significação (Lopes e Macedo, 2011).

Acredito que não explicitamos todas as questões possíveis entorno desta temática e nem ousamos fazer isso, mas esperamos ter traçado caminhos que venham a ser verdadeiras estradas a se expandir para um futuro próximo, reiterando o entendimento de currículo como arena de lutas (LOPES E MACEDO, 2011), lendo essa pesquisa também como uma arena onde os discursos estão permanentemente em disputa.

Entretanto, alguns pontos ficaram claros como o processo de apagamento das fronteiras entre educação e economia, o controle da seleção de saberes em busca de um padrão de qualidade e a influência do capitalismo na sociedade.

Referências

- BALL, Stephen J. Educação global S.A. Novas redes políticas e o imaginário Neoliberal/ Stephen J. Ball; tradução de Janete Bridon – Ponta Grossa: UEPG, 2014. <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acessado em, 27/3/2018.
- DAYRELL, Juarez. Juventude, ensino médio e os processos de exclusão escolar. Educ. Soc., Campinas: abr.-jun., 2016
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1991.
- LOPES, Alice; MACEDO, Elizabeth. Teorias de currículo. São Paulo: Cortez, 2011.
- MACEDO, Elizabeth. Base nacional comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? Campinas, 2015.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educ. Soc. Campinas, vol.27, n.94.p.47-69, jan./abr.2006.